



“História Política”

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

MISÉRIA, POLÍTICA E SECA: A POBREZA NATURALIZADA EM SUAS REPRESENTAÇÕES

Francisco de Assis Severo Lima
Professor da Educação Básica, SEDU/CE
assissevero@gmail.com

Joalysson Severo Batista
Mestrando em História UFCG
joalyssonsevero@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a complexa relação entre os movimentos sociais ligados à seca e as práticas clientelistas da política brasileira, tomando como fonte para o conhecimento histórico algumas reportagens do Jornal *O Povo*, segundo maior impresso em circulação no Estado Ceará, analisando com este veículo da imprensa representou em suas páginas as ações coletivas de saques durante o ano de 1982 ao comércio local da cidade de Aurora-CE. Buscando compreender as estratégias políticas para a contenção do movimento e manutenção ordem social, bem como as táticas de subversão dos grupos sociais geradores da ação.

Palavras-chave: Miséria; Política; Representação.

INTRODUÇÃO

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

É possível afirmar que o fenômeno da seca, está presente no semiárido nordestino desde o século XVI. A primeira notícia sobre seca foi descrita pelo padre Fernão Cardin, ainda 1583, desde então tal fenômeno tem se tornado companheiro dos habitantes do semiárido nordestino até os dias atuais, haja vista que uma das maiores secas, conforme levantamentos apontados pelo INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), que castigou o semiárido brasileiro, em especial o sertão do Nordeste, ocorreu entre de 2012 a 2017¹⁵².

Esse fenômeno presente na conjuntura social brasileira no tempo da longa duração tem motivado diversas análises sobre diferentes óticas. O engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, em discurso proferido no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em 28 de agosto de 1913, o conceituou com as seguintes palavras, “o problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Verdadeiramente não há um problema, há problemas” (LISBOA,1984, p.12), este profissional dirigiu o órgão federal precursor do DNOCS em dois períodos, de 1909 a 1912 e depois de 1920 a 1927.

Ao longo desses quase quatro séculos, as secas também foram problematizadas por diferentes perspectivas, de acordo com Neves (2007), até o século XVIII, a principal vítima da seca era o gado, o rebanho. Os cronistas e estudiosos referiam-se prioritariamente às perdas materiais em seus registros. Foi ao longo do século XIX que esse quadro se modificou.

As linhas que seguem buscarão analisar as secas sob a ótica da história política, para tanto, serão analisadas as complexas relações entre os movimentos sociais ligados à seca e as práticas clientelistas da política brasileira, a partir de um recorte espacial microscópico, a pequena cidade de Aurora, no interior do Ceará, tomando como recorte temporal as décadas de 1970-1980. As principais fontes para o conhecimento histórico serão algumas reportagens do Jornal *O Povo*, segundo maior impresso em circulação no Estado Ceará, além de fontes produzidas através da técnica da história oral como fonte de investigação histórica, a fim de analisar fatos vivenciados pelos personagens históricos e as relações sociais construídas neste período.

A história oral, utilizada nesta ótica, proporcionou a compreensão dos anseios e perspectivas que motivaram as ações individuais e coletivas. A utilização deste método se justifica na medida em que,

152. Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm?cmpid=copiaecola>.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCE

A história oral compartilha com o método histórico tradicional [utilização de fontes documentais escritas] as diversas fases e etapas do exame histórico. De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. (LOZANO, 2006, p. 16)

Assim, é possível compreender que a utilização da história oral como fonte permite a produção de conhecimentos inovadores para a problemática histórica, pois alarga os horizontes e fronteiras delimitados pelas fontes escritas, trazendo a tona um universo de peculiaridades a partir dos relatos das testemunhas que vivenciaram os fatos históricos. Isso, porque a oralidade “permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (LOZARO, 2012. P. 16).

Segundo Verena Alberti, a metodologia da história oral “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 1990. P. 115).¹⁵³ No entanto, após tal tarefa, é necessário significar os depoimentos em uma estrutura científica a partir da crítica historiográfica, pois, mesmo que o historiador utilize como norte para entrevistas os questionários semi-estruturados, a memória dos entrevistados não ficará presas ou delimitadas às questões propostas.

A CIDADE

Aurora é uma pequena cidade do interior do estado Ceará, distante 470 km da capital Fortaleza. A cidade está situada na região sul do estado, na microrregião do Cariri. As terras que antes eram habitadas por indígenas, foram sendo urbanizadas ainda no século XVIII, quando o povo Cariri, nativos da região, começou a perder seus territórios para a criação de gado e plantação de algodão, em um espaço de terra denominado Fazenda Logradouro.

¹⁵³. Nos anos 1990, um forte debate foi travado entre os historiadores que apresentaram divergências sobre a definição conceitual dos usos das fontes orais na pesquisa histórica. O debate apontou para as disputas de entendimentos em torno da noção de técnica, disciplina ou metodologia. Para a compreensão desse debate e do uso da História Oral como metodologia ver AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). Introdução. In: **Usos e abusos da história oral**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7-25.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG

Um dos fatores que proporcionaram seu povoamento alinhado ao projeto colonial foi sua localização geográfica estratégica, pois aquelas terras eram margeadas pelo rio Salgado, caminho natural entre as vilas de Icó e Crato, que já no século XVIII figuravam entre os territórios economicamente importantes para a capitania do Ceará. O rio percorre uma extensão de 308 km, de sua nascente na Chapada do Araripe, em Crato à sua foz no Rio Jaguaribe, em Icó. Foi a localização de entremeio entre essas duas vilas que fez das terras da fazenda Logradouro o local de descanso dos tropeiros e vaqueiros que se locomoviam pela região sul do estado, fazendo daquele território espaço propício para a formação de aglomerados urbanos.

Assim como as demais cidades localizadas no interior do nordeste, por muitos anos a principal fonte de renda da pequena cidade provinha das atividades agrícolas e do comércio local, componentes econômicos que nos períodos de estiagem entram em declínio e escassez. Desta forma, no início do nosso recorte temporal um elemento social presente naquela conjuntura era a pobreza. Pois a cidade encontrava-se assolada por uma forte seca que afetou a região nos anos de 1970. O jornal carioca *Correio da Manhã* trazia em reportagem do dia 14 de abril de 1970 a seguinte manchete: “Não é só no Ceará, é no Nordeste”.¹⁵⁴ A reportagem apresentava o déficit hídrico pelo qual o estado do Ceará e a região Nordeste passavam. A fome se tornou companheira de alguns sertanejos naquele ano.

Dados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) confirmam que,

A seca de 1970 atingiu uma população ativa de 500 mil pessoas, alcançando outros dois milhões de indivíduos. O fenômeno climático afetou oito Estados, correspondendo a um total de 605 municípios, o que equivale a 62% da área do Polígono das Secas (SUDENE, 1979, p. 44)

O fenômeno da seca e a realidade trazida por ela afetava em especial aos mais carentes em sentido financeiro, aos vulneráveis sociais que habitavam em especial a zona rural e necessitavam das chuvas para produzir alimentos que garantiam sua subsistência. Sem as chuvas, esses indivíduos ficavam à mercê da inanição. Envoltos numa estrutura de opressão, desenvolveram táticas de sobrevivência. Muitos se desprenderam da terra onde se constituíram enquanto ser social e se aventuraram rumo à cidade, em processo de êxodo rural.

154. *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro, 14 de abril de 1970. Disponível in: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=4903&url=http://memoria.bn.br/docreader . Acesso em 16/02/2017

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCE

O romance *Estranhos em Aurora*, publicado em 1978, de autoria do aurorense Hermenegildo de Sá Cavalcante e ambientado na cidade de mesmo nome, deixa transparecer que essa região fora palco das desventuras proporcionadas pelas secas:

Os homens vêm de muito longe, por isso parecem tão cansados. E a madrugada é quem os acolhe. Ruas novas, desconhecidas; entram na praça, primeiro os vultos mais altos dos chefes de família, homens: os que têm mais, mesmo não tendo nada. Depois as mulheres, cabelos lisos e negros, bocas emudecidas pela fome, as mãos que cansaço imobiliza. Por último, fechando as muitas procissões, vêm as crianças, magras como se mortas há quatro dias, tivesse de repente renascido ao enxergar as primeiras casas da rua final desta cidade: Aurora. (CAVALCANTE, 1978, p. 07)

Em meio à seca, a fome atingia parte da população aurorense. Naquele contexto acontecia na cidade às eleições para prefeito e vereadores, desta forma o período eleitoral se apresentava como um período de esperanças, uma vez que, ao menos nessa época, os vulneráveis podiam contar com o apoio daqueles que galgavam um cargo público. Por sua vez, os políticos aproveitavam-se dessa situação de vulnerabilidade para conquistar a gratidão do eleitor.

AS SECAS COMO UM ELEMENTO POLÍTICO ELEITORAL

Nessa conjuntura de pobreza e sofrimento, João Antônio de Macedo, conhecido por João de Zeca se lançou como candidato a vereador e construiu sua campanha ao cargo público utilizando-se desse elemento social. Percebendo o ambiente que se inseria, estabeleceu laços de gratidão com aqueles que seriam seus eleitores: “botei até um café para atender o povo e quem tomou conta desse café foi Chico ‘Fele’. Botei até o nome café Cantagalo. Lá você tomava café, merendava era tudo de graça, ninguém pagava.”¹⁵⁵ O alimento, em tempos de escassez, serviu como moeda de troca e construiu laços afetivos entre o político e o eleitor: “Nesse tempo eu tinha muito, banquei essa eleição de cabo a rabo, naquele tempo matavam boi para comer. Eu dei os bois de Tipi, de Aurora e Ingazeiras.”¹⁵⁶

Esta relação de generosidade e reciprocidade como elementos práticos constitutivos do campo político já foi assinalado por Bourdieu:

155.MACÊDO, J.A. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima. Aurora-CE, 10 de jan. 2017.

156.MACÊDO, J.A. Entrevista concedida a Francisco de Assis Severo Lima. Aurora-CE, 10 de jan. 2017.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

Em outros termos, no princípio da ação generosa, do dom inicial de uma série de trocas, não existe a intenção consciente (calculista ou não) de um indivíduo isolado, mas essa disposição do *habitus* que é a generosidade, e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou ao aumento do capital simbólico. (BOURDIEU, 1996, p. 09)

O sofrimento proporcionado pela escassez de alimentos esteve presente no cenário cearense por décadas a ponto de se tornar um elemento da paisagem dessa região. O reconhecimento da benevolência na atitude do político proporcionou a construção de laços afetivos entre aqueles que vivenciaram tal contexto e o político que se aparentava como um benfeitor, criando um elo entre o indivíduo que praticava o ato e aqueles que o recebiam. Laços tão fortes que se consolidam e se perpetuam no tempo, construindo uma relação baseada em gratidão, sempre suscetível de ser resgatada. No caso em questão, o resgate se deu nas urnas. No início dos anos de 1971, João de Zeca adentrou a Câmara Municipal para exercer o cargo de vereador, eleito com 632 (seiscentos e trinta e dois) votos.

A partir de sua entrada na vida pública, através do cargo de vereador, João de Zeca se tornou líder político na cidade, sendo eleito prefeito, em 1976, ocupando tal cargo de julho de 1976 a junho de 1982, durante esse íterim seu capital político¹⁵⁷ foi potencializado graças a sua capacidade de mediação com os trabalhadores rural que vivenciava as agruras socioeconômicas advindas em partes por problemas gerados pelas secas.

“MILHARES DE FLAGELADOS ESTÃO ANDANDO DE UM LADO PARA O OUTRO EM BUSCA DE ÁGUA.”

Observando o *Livro de Registros de Portarias* da Prefeitura, bem como as reportagens do jornal acima citado, é possível verificar que no final da gestão do prefeito João de Zeca, por volta de 1982 à cidade passava por um período de alta inflação e seca que perturbava a ordem social.

Em reportagem do jornal *O Povo*, veiculada no dia 15 de abril de 1982, é possível observar as seguintes informações:

Embora se garanta que nos próximos dias a tendência é diminuir os preços do arroz, farinha e feijão, os atuais preços dos gêneros de primeira necessidade

157. Para Bourdieu o capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado a maneira de ser conhecido.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCE

são estes: arroz, Cr\$ 100; Milho, Cr\$ 40; farinha, Cr\$ 60; Açúcar, Cr\$ 60; Carne bovina Cr\$ 300; Suína Cr\$ 220; Caprina, Cr\$ 220. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 15 abr.1982, p. 15)

Conforme mostrado acima, o preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade era exorbitante, ficando insustentável para os agricultores suportarem os gastos com alimentos durante o mês.

A população reagiu de forma enérgica ao aumento do custo de vida. Dados do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) confirmam que no início do mês de outubro o comércio local fora saqueado por cerca de 200 famintos que levaram todo estoque de carnes do Mercado Municipal. Segundo o documento, o prefeito teria autorizado a distribuições de alimentos entre os flagelados e informado: “o maior problema que a cidade enfrenta é a falta de água, pois milhares de flagelados estão andando de um lado para o outro em busca de água.”¹⁵⁸ Meses depois aconteceu outro saque, desta vez cerca de 300 pessoas buscando alimentos invadiram a cidade e saquearam mercearias e armazéns. O jornal *O Povo* do dia 15 de dezembro de 1982 trazia em sua capa a seguinte manchete: “Aurora é invadida outra vez”. Segundo a reportagem,

Pela quarta vez, em menos de dois meses, flagelados invadiram e saquearam a cidade de Aurora, na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e alto Jaguaribe, distante 526 km de Fortaleza, pela BR-116 eram 10 horas de ontem quando, inesperadamente, cerca de 300 homens, reclamando comida e trabalho, chegaram aquela sede Municipal rumaram diretamente ao mercado de carne, somente não levando todo o suprimento existente por que os trabalhadores esconderam grande parte do que dispunham para as vendas do dia. Em seguida, dirigiram-se às mercearias do centro, cujos comerciantes cerraram as portas temendo o saque. Os saqueadores conheceram a maior frustração quando, a força bruta, alcançaram o interior do armazém da Cooperativa Agrícola mista e ali encontrar, apenas, veneno para formiga (formicida) e rolos de arame farpado. Insatisfeitos, evoluíram suas ações para procura de estabelecimentos comerciais diversos, nada obtendo novamente de positivo nas incursões realizadas, segundo o correspondente Franzé d’Aurora. Os invasores procediam do Sítio São Miguel, Barreiro e Vazantes, localidades afastadas da zona urbana entre oito e dezoito quilômetros. Dispersaram-se depois que o presidente da cooperativa visada, Olavo Leite de Macedo, e o Prefeito João Macedo, destinaram-lhes ajuda. Recorde-se que, sábado último idêntica ocorrência foi constatada, representada por tentativa de saque. Na ocasião, o vice-prefeito liberou 496 vales para aquisição de carne bovina no atendimento aos sertanejos. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 15 dez.1982, p. 8)

158. Dados extraído do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Fatos destacados na imprensa. Disponível in: http://www.koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/Aconteceu-Fatos-Destacados-na-Imprensa_206.pdf

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG

A carestia associada à falta de chuvas trouxe a fome aos pequenos municípios do Semiárido do Brasil. Em Aurora, vivenciando elevado estágio de miséria, a população enxergou nos saques uma alternativa de sobrevivência. Os trabalhadores, unidos em grupos de 200 a 300 pessoas, passaram a protestar regularmente entre os meses de outubro a dezembro de 1982. Segundo a reportagem, nesse ínterim, foram realizadas quatro ações deste tipo. Movimentos como aqueles atestavam a competência do Estado para a manutenção dos privilégios por meio da propriedade, pois é perceptível que em meio à crise hídrica e econômica uma minoria conseguia retirar para si vantagens financeiras e prestígio social.

Levados à condição de subalternos, sem acesso à terra ou emprego, os agricultores aurorenses foram tragados pela fome. A alternativa política para gerir a crise social que se abateu sobre o município veio por meio do trabalho. Segundo a mesma reportagem, “o Prefeito João Macedo, que manteve demorado contato com os flagelados, prometeu-lhes que por todo o dia de hoje eles seriam inscritos para trabalhar na construção de barragens e açudes, dentro do programa da Sudene” (Idem).

As obras construídas pelo poder público em momentos como aqueles possuíam dois vieses. O primeiro tinha claro objeto de controlar os flagelados que eram vistos como uma ameaça à manutenção da ordem. O medo de que os saques evoluíssem para um movimento social de maiores proporções levavam os agentes do Estado a desenvolverem ações paliativas que trouxessem aos trabalhadores rurais a sensação de estarem protegidos pelo poder público. A reportagem abaixo confirma tal argumento:

A invasão de Aurora por cerca de 200 homens Famintos deve ser tomada como sintomas do agravamento da situação socioeconômica na zona sul do Estado. Eram realmente, homens Famintos e não, como costumam insinuar os corifeus oficiais, pessoas a serviço de correntes interessadas em tocar fogo no circo. Um dos manifestantes, se como tal podemos chamá-los, foi internado em um hospital da cidade, por desnutrição, informa o correspondente deste jornal. Quer isso dizer que em Aurora, como em outros municípios onde o programa dos bolsões da seca, ou assemelhados, ainda não chegou, a fome reduz milhares de pessoas a um gritante estado de necessidade. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 6 dez.1982, p. 4).

Assim, os bolsões da seca, construindo novos postos de trabalho nos municípios afetados pela crise, deveriam se apresentar como uma alternativa de controle daquela situação. Foi aí onde se apresentou o segundo viés das obras construídas pela Sudene, pois elas eram geralmente realizadas em propriedades privadas. Feitas pelos trabalhadores em momentos de escassez e miséria, tais obras atendiam aos interesses

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCEG

particulares, ao passo que o homem do campo tinha suas necessidades imediatas atendidas através do trabalho. Seu “suor” servia para criar melhorias de infraestrutura na propriedade privada das elites locais. Essa tática de dominação política foi explicitada na reportagem transcrita abaixo:

Estiveram na última semana em visita a várias obras construídas pela Gescap, neste município, os técnicos Clinton Saboya, coordenador Estadual do órgão, em Fortaleza, José Magalhães, do escritório da Sudene, Darly Bezerra, da secretaria da Agricultura, José Arnóbio, do Gescap local e mais o Prefeito João Macedo, o supervisor da 8ª região sediada em Juazeiro, Antônio Furtado Macedo e o Coronel Antônio Vicente Macedo. Foram visitadas 7 barragens construídas no Rio Salgado entre a sede e o Distrito de Ingazeiras, somando-se 21 km de Rio perenizado. A maior das barragens visitadas foi a localizada no sítio Barreiro, próximo à sede do Distrito de Ingazeiras, na propriedade do Senhor Antônio de Duque, construída por 100 trabalhadores alistados na emergência, durante os últimos 120 dias. A referida barragem represa água numa distância de 6 Km. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 17 fev. 1982, p. 32).

Através da construção de obras públicas, porém em propriedades privadas, o governo criava condições de colocar alimentos na mesa do trabalhador, uma vez que a remuneração do seu trabalho lhe apresentava tal possibilidade. No entanto, apesar de serem construídas com as verbas públicas, tais obras não atendiam as necessidades da coletividade.

Aquela realidade de crise econômica e inflação, vivenciada pelos aurorenses não diferia da realidade social das demais cidades brasileiras espalhadas pelo território nacional. No entanto, a crise hídrica, somada a escassez de trabalho formal piorava o quadro das cidades nordestina do semiárido, como Aurora.

Em meio à exclusão social, os saques se legitimaram entre os trabalhadores como uma alternativa de subversão da ordem. Era dezembro de 1982 quando o jornal *O Povo* anunciou para todo o Ceará que “pela quarta vez, em menos de dois meses, flagelados invadiram e saquearam cidade de Aurora”¹⁵⁹. Os saques ocorridos na cidade se apresentam como exemplares da mobilização política das camadas subalternas, que mesmo pressionadas pelas elites dominantes a se manterem contidas politicamente encontraram meios de questionarem a ordem ao afrontarem a propriedade privada, pois “cerca de 300 homens, reclamando comida e trabalho, chegaram àquela sede municipal. Rumaram diretamente ao mercado da carne, somente não levando todo o suprimento

¹⁵⁹. Reportagem do jornal *O Povo*, Fortaleza, quarta-feira, 15 de dezembro de 1982.

existente porque os trabalhadores esconderam grande parte do que dispunham para as vendas do dia.¹⁶⁰”

Sem contar com expressividade política, a forma com a qual essas camadas negociavam era “através da pressão direta, dos pedidos e exigências, dos saques e, especialmente da exposição pública de suas misérias, que a seca aguça e dá visibilidade.” (NEVES, 2000, p. 14). Aquela era de fato uma ação política, afinal “os invasores procediam do Sítio São Miguel, Barreiro e Varzantes, localidades afastadas da zona urbana entre oito e dezoito quilômetros¹⁶¹.” Aqueles 300 homens não tinham a intenção de pilhar ou praticar roubos, afinal durante sua marcha nada usurparam, seu foco era a cidade, queriam mostrar ao prefeito que eram cidadãos aurorenses e como tal necessitavam da proteção social que aquele ente deveria lhes assegurar. Porém as ações executadas pelo poder público apenas minoram o problema, não atingindo em nada seu fulcro, o que fazia os saques continuarem.

Conforme a mesma reportagem veiculada na quinta-feira dia 15, “sábado último, idêntica ocorrência foi constatada, representada por tentativas de saque. Na ocasião, o vice-prefeito liberou 496 vales para aquisição de carne bovina no atendimento aos sertanejos.”¹⁶² Saciar a fome por um dia acalmava o movimento, porém não o controlava, afinal, a fome era gerada pela pobreza, que naquele contexto, em boa parte tinha sua origem na distribuição desigual das terras e nas escassas oportunidades de trabalho digno. Elementos que a estrutura política de Aurora e do Brasil não estavam dispostos a questionar, afinal, naquele microespaço a pobreza era um componente da sustentação da ordem política, e no espaço macro, o governo vigente inviabilizava os debates acerca da reforma agrária como instrumento de contenção das desigualdades sociais.

Alinhado à política nacional, coube ao prefeito mediar os conflitos pela ótica da velha lógica paternalista: “o prefeito João Macêdo, que manteve demorado contato com os flagelados, prometeu-lhes que por todo o dia de hoje eles seriam inscritos para trabalhar na construção de barragens e açudes, dentro do programa da Sudene dirigido para os bolsões da seca.”¹⁶³

O alistamento dos trabalhadores em frentes de trabalho emergenciais, garantia ao prefeito a possibilidade de mediar os conflitos em duas vertentes. Primeiro garantia aos

¹⁶⁰. Idem

¹⁶¹. Idem

¹⁶². Idem .

¹⁶³. Idem.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCE

seus aliados políticos a mão-de-obra necessária para a construção de obras que trariam o beneficiamento e valorização de suas propriedades. Conforme o jornal *O Povo*,

o prefeito fez um comentário pessoal sobre o Programa de Emergência. Disse que a Emergência foi benéfica para Aurora, citando que através dela, foram beneficiados centenas de trabalhadores rurais e proprietários. Destacou a construção de 41 açudes, 12 barragens, 7 das quais no rio Salgado, 5 grupos escolares na zona rural, além de 100 Km de estradas construídas pelo Gescap. Ressaltou ainda os 173 pequenos e médios açudes que estão em construção. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 05 de Mai-1982, p. 05)

Além de expor sua opinião acerca do programa de Emergências, o prefeito e sua equipe ainda apresentaram estratégias de melhoria na execução do programa.

Ao responder indagação sobre se o programa deve continuar ou não, disse o prefeito que deve continuar “porque o povo não tem o comer.” Mesmo achando que a Emergência deve existir, para atender a situação de milhares de família pobres o prefeito de Aurora acha que o programa deveria ser feito através de crédito aos proprietários rurais e ajuda aos agricultores, sobre forma de financiamento. O agrônomo Arnóbio Ferreira, chefe do escritório do Gescap, em Aurora, tem a mesma opinião do prefeito e explicou: “o proprietário deveria ter o seu limite de crédito de acordo com o número de trabalhadores que comportasse a sua propriedade.” Acha Arnóbio, que deveria haver um enxugamento do plano, explicando: “saindo os menores, solteiros e mulheres, onde o marido esteja alistado, deixando somente as pessoas comprovadamente necessitadas.” É evidente que o prefeito não concordou com o final da resposta achando que as mulheres e os jovens com mais de 14 anos já podem ser alistados, para ajudar no sustento da família. (*O Povo*, Fortaleza-CE, 05 de Maio 1982, p. 5)

Executada desta forma, as estratégias políticas de combate à fome eram utilizadas para atender não apenas as necessidades daqueles que sofriam as causas diretas da miséria, em grande medida atendia diretamente o interesse dos grandes proprietários rurais que viam suas fazendas fartas de mão-de-obra pagas com recurso público.

A segunda vertente para a qual servia o Programa Emergência era para a manutenção da ordem social, e se sustentava na ideologia trabalhista, uma herança da Era Vargas que consolidou a ideia de que “ser trabalhador era ganhar o atributo da honestidade, que neutralizava em termos de honra o estigma da pobreza. Pobre, mas trabalhador, isto é, um cidadão digno” (GOMES, 2005, p. 223). Sem trabalho, a prática dos saques pelos agricultores se consubstanciava em um elemento do instinto de

sobrevivência, algo que não poderia ser contido através dos mecanismos de repressão do Estado: “O saque, portanto, distancia-se do roubo, tanto na ótica das autoridades e da população ligada às práticas paternalistas quanto na ótica dos próprios camponeses” (NEVES, 2000, p. 112).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso do trabalho como mecanismo de controle para ações dos pobres que sofriam os efeitos das secas e da fome esteve presente no universo social dos aurorenses não apenas através das práticas políticas, mas também se fez presente através da música. Esse componente cultural de fácil assimilação foi utilizado para a disseminação de tais ideologias. A música *Vozes da Seca*, de Luis Gonzaga, composta e gravada no ano de 1963, se apresenta como um exemplar desses cursos:

É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home purnóisescuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê
Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage

De acordo com letra, em tais circunstancia climáticas, os políticos, novamente, se apresentavam como bem feitores, pois na pequena cidade de Aurora eram eles os doutores a quem o povo pedia a proteção, o que construía a ideia de que a miséria presente naqueles espaços eram elementos naturais do cotidiano do sertanejo e as ações para sua contenção eram resultados da benevolência dos homens assentados no poder.

Assim, as ações políticas dos homens de poder não foram executadas no sentido de construir autonomia para que os homens e mulheres do sertão se tornassem independentes do ciclo de pobreza no qual foram historicamente enredados. Os trabalhos a eles dispensados não lhes eram atribuídos no sentido de lhes garantir a cidadania, as obras que eles executam não eram planejadas para livrá-los das secas ou da miséria que se disfarçava através dela, tudo era pensado para a manutenção da ordem, pois “qualquer trabalho para o retirante é melhor do que nenhum, mesmo que os bens construídos sejam inúteis: o importante é ocupar o retirante para que ele não mendigue, nem cobre direitos, nem proteste.” (NEVES, 2000, p. 96).

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG

Desta forma, o controle sobre as massas garantia e garantem a manutenção de uma estrutura de opressão e um ciclo de miséria e exclusão que proporciona a livre circulação pelo campo político de uma elite que, apoderada das estruturas administrativas do Estado, se mantêm hegemônica ao longo da história nacional.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Marginália. Algumas notas adicionais sobre o dom**. *Mana*, Rio de Janeiro, v.2., n.2, p. 7-20, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, pp. 193-216, janeiro-julho de 2011.

CAVALCANTE, Hermenegildo de Sá. **Estranhos em Aurora**. Rio de Janeiro: Pallas, 1978.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2 morar, cozinhar**. Trad. de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópoles, RJ: Vozes, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: ORGANIZADORAS. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 16-3X.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

SUDENE. **Aspectos do Quadro Social do Nordeste**. Recife: Sudene, 1985.

SUDENE. **As Secas do Nordeste**. Recife: Sudene, 1979.